

HABEAS CORPUS Nº 547.277 - SP (2019/0350538-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MAIANE VALES SILVA
ADVOGADO : MAIANE VALES SILVA - SP350485
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL PEREIRA SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL PEREIRA SANTANA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no julgamento do HC n. 2253229-90.2019.8.26.0000, HC n. 2229101- 06.2019.8.26.0000 e HC n. 0046872-15.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, c.c. o art. 18, inciso I, parte final, e art. 14, inciso II, por cinco vezes, na forma do art. 70, *caput*, todos do Código Penal, oportunidade em que lhe foi negado o direito de recorrer em liberdade.

Nesta via, sustenta a impetrante estar configurado o constrangimento ilegal, sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a custódia cautelar imposta, porquanto não apontados elementos concretos para lhe negar o direito de recorrer em liberdade, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada, previstas no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que está pendente de julgamento a apelação interposta pela defesa, sendo indevida a prisão do paciente, nos termos do recente entendimento firmado pelo STF no sentido do não cabimento da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos do HC n. 2229101-06.2019.8.26.0000, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 112-113):

[...]

Com efeito, considerando as circunstâncias concretas em que praticado o delito, tendo em vista o fato de o paciente

ter dirigido o veículo automotor em estado de embriaguez e em alta velocidade, verifica-se os pressupostos necessários à prisão previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP).

A soltura do acusado da prática de crimes de tal espécie e da forma como cometido revela-se temerária e particularmente contrária à garantia da ordem pública. Acrescente-se que os senhores jurados concluíram que o paciente foi responsável pelas tentativas dos homicídios qualificados imputados contra si.

Aliás, não se vislumbra acerto na alegação de constrangimento ilegal ante a inexistência de motivo justificador da prisão cautelar, em razão, in casu, da ausência dos requisitos autorizadores da liberdade provisória bem como da insuficiência das medidas cautelares alternativas.

Assim, a decisão que indeferiu que o paciente possa aguardar a tramitação recursal em liberdade está bem fundamentada em fatos concretos, pois, ao que se percebe, este não compareceu ao julgamento ou a qualquer ato processual anterior, indicando poucas chances de colaboração com a Justiça, restando claro que poderá a vir frustrar a aplicação da lei penal.

Cumpra ressaltar, ainda, que os atributos pessoais positivos relativos ao paciente, por si sós, não são suficientes para a concessão da liberdade provisória.

[...]

Consigne-se, ainda, que a prisão cautelar não afronta, de modo algum, o princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), sobretudo em se considerando que a Carta Constitucional de 1988 também contempla a possibilidade da prisão decretada pela autoridade judiciária competente, consoante o preceito do artigo 5º, inciso LXI.

Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, em especial para assegurar a aplicação da lei penal, não há que se cogitar de constrangimento ilegal a ser sanado por meio do writ.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, em caso semelhante esta Corte Superior de Justiça já decidiu que "a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada, com base

Superior Tribunal de Justiça

em elementos concretos, a gravidade do delito e a periculosidade do agente, que, após ingerir bebida alcoólica, dirigiu seu veículo em alta velocidade e atropelou três adolescentes, com idades de 17, 11 e 10 anos, vindo um deles a óbito e os outros dois tiveram lesões corporais gravíssimas, somado ao fato de que deixou o local sem prestar auxílio aos ofendidos, e, ainda, após o acidente, na tentativa de acobertar o seu ilícito e furtar-se da responsabilização criminal, ateou fogo no próprio veículo para, acionando posteriormente a Polícia Militar, sob a alegação de que seu veículo havia sido roubado. Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação" (HC 498.771/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator